

Clóvis Moura e a escravidão brasileira: notas sobre a construção de sua interpretação histórica, entre 1959 e 1989

Gabriel Corrêa Campos¹

RESUMO: Neste trabalho, através de uma análise das principais obras escritas por Clóvis Moura sobre a escravidão brasileira, no período de 1959 a 1989, busca-se 1) apresentar ao leitor as principais mudanças no pensamento moureano acerca da relação entre gênese da escravidão brasileira e o capitalismo, ressaltando, dentre outros elementos, a sua relação com a obra de Eric Williams ([1944] 2012); 2) demonstrar que é apenas a partir da 2ª edição de *Rebeliões da Senzala*, em 1972, que o autor busca expressamente integrar as reconstituições históricas de processos de resistência de escravizados numa particular interpretação sobre a escravidão brasileira, isto é, dando inteligibilidade a esses processos de resistência, conferindo-lhes sentido na formação nacional, qual seja, a do devir do trabalho livre. Essa interpretação iria se consolidar também através de desenvolvimentos categoriais em obras da década de 1980, os quais também demonstramos; 3) debater a crítica de Antonio Barros de Castro (1980) à Clóvis Moura e a absorção de algumas teses de Castro pelo autor.

PALAVRAS-CHAVE: Clóvis Moura; escravidão brasileira.

INTRODUÇÃO

Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003) foi um militante comunista e de movimentos do meio negro, historiador, sociólogo, poeta, jornalista e intérprete do Brasil que produziu uma das mais extensas e qualitativas interpretações marxistas brasileiras sobre a luta de classes entre senhores e escravizados no Brasil e sobre questão racial negra.

Autor de 26 livros, mais de 50 artigos, entre outras produções, não era desconhecido pela intelectualidade marxista no Brasil da segunda metade do século XX, como muitos pensam hoje: travou contato e manteve relações com autores como Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré e Octávio Ianni, por exemplo; algumas de suas ideias passaram pela escrutínio de Jacob Gorender e Antônio Barros de Castro; chegou a ser citado em trabalho do famoso historiador estadunidense Eugene D. Genovese; travou polêmicas públicas com Ciro F. Cardoso; participou de projeto financiado Ministério da Cultura, na gestão de Celso Furtado, sobre uma História Geral do Negro no Brasil e teve diálogos com Florestan Fernandes, especialmente a partir de seminários do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), criado por sua iniciativa em 1975.²

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP.

² Sobre Clóvis Moura e o IBEA, ver Vieira (2017). Malatian (2022, p. 280) nos informa sobre o primeiro evento organizado pela instituição: “o primeiro evento, emblemático de sua fundação, foi o curso sobre Uma visão dinâmica do Negro brasileiro, ministrado na forma de conferências de 6 a 16 de outubro de 1975 por: Fernando Henrique Cardoso (O

No âmbito das associações do meio negro, o autor foi e é referência intelectual importante para o Movimento Negro Unificado (MNU), assim como para outras organizações do movimento negro brasileiro, com a União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO).³ Foi também militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre 1945 e 1962, quando sai na ruptura que originou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao qual permanece vinculado até o fim da vida. No PCB, foi jornalista do diário O Momento, integrou a Frente Cultural, em São Paulo, e estabeleceu uma vasta rede de sociabilidade. Por suas ligações ao movimento comunista e pela atividade antirracista do IBEA, foi monitorado pelas forças de vigilância estatal desde, no mínimo, 1952.⁴ Não teve graduação concluída, mas recebeu o título de doutor com notório saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), em 1982, e participou como avaliador de trabalhos de pós-graduação na USP e na Universidade Estadual de Campinas (Malatian, 2022; Oliveira, 2007).⁵ De qualquer maneira, por diversos fatores, Clóvis Moura ainda é um autor pouco lido.

Neste trabalho, buscamos 1) apresentar ao leitor as mudanças no pensamento moureano acerca da relação entre escravidão e capitalismo, ressaltando, dentre outros elementos, a sua relação com a obra de Eric Williams ([1944] 2012); 2) demonstrar que é apenas a partir da 2ª edição de *Rebeliões*

negro como instrumento de trabalho); Oracy Nogueira (O preconceito de cor e seus efeitos); Raul Joviano do Amaral (As culturas negras importadas - o negro como civilizador); Clóvis Moura (A função social das religiões negras); Aristides Barbosa (Mecanismos de barragem contra o negro); Florestan Fernandes (A situação do negro no Brasil - perspectivas) e Octávio Ianni (O negro, de escravo a proletário)”.

³ O tamanho da influência da obra de Clóvis Moura no movimento negro contemporâneo é difícil de ser mensurado, mas certamente foi grande. Petrônio José Domingues, um dos mais destacados historiadores do Associativismo Negro no Brasil, chega a falar que Moura foi a principal referência intelectual para os movimentos negros a partir da década de 1970 (Clóvis Moura e a Historiografia [...], 2023). Parte da sua importância pode ser atestada, no caso do Movimento Negro Unificado, pela presença e fala de seus militantes históricos, Regina Lucio dos Santos e Milton Barbosa, no Seminário 20 anos Sem Clóvis Moura (Plenária [...], 2023). Em entrevista realizada por Custódio (2017, p. 180-193), como parte da dissertação que discute a trajetória do movimento a partir de sua fundação (1978) até os anos 1990, José Adão de Oliveira, um dos fundadores e ex-dirigente nacional do movimento, também afirma a influência que Moura teve no pensamento político e formação teórica do movimento. Por sua vez, sobre a relevância de Clóvis Moura na formação teórica e política da UNEGRO, Dennis de Oliveira, jornalista, professor da ECA-USP e um dos dirigentes da entidade negra nos anos 1990, afirma que a influência de Clóvis sobre a entidade ocorreu a partir da fundação da seção paulista em 1990 (Oliveira, 2019, p. 10), marco para a nacionalização do movimento. A UNEGRO havia sido fundada em 1988, em Salvador-BA. Remete-nos por fim, para mais informações sobre essa relação, para a dissertação de Calderano (2002), que versa sobre a trajetória da entidade.

⁴ Teresa Malatian (2022, p. 145-147), com base no conteúdo dos prontuários e Ofícios do DOPS desta época sobre Moura, afirma que era monitorado desde a Bahia – Moura residiu em Salvador e Juazeiro entre 1941 e 1950, quando muda para o estado de São Paulo, onde permanece até o falecimento. Arquivos do DEOPS, agora já no contexto de ditadura militar no Brasil e da ligação de Moura ao PCdoB, mostram que o autor fora vigiado também nos anos 1970, por motivos que vão além de suas atividades no IBEA. Soraya Moura (2023, p. 76), filha de Clóvis, afirma que foram frequentes as visitas do DEOPS na casa onde residiam e que Moura fora levado uma vez para interrogatório, onde teria sofrido tortura psicológica. Os arquivos de vigilância estatal sobre o intelectual de Amarante podem ser acessados em <https://www.dropbox.com/scl/fi/2hc0qs61ykf81jvh1v7m6/DEOPS.pdf?rlkey=pfytx4actgv26j7bocdiisxa&e=1&dl=0> e <https://www.dropbox.com/scl/fi/44dd5f2syepsgogh7hb84/DEOPS2.pdf?rlkey=imaxj45tigan47wiwssa2f2m&e=1&dl=0>. Acesso em: 15/01/2025.

⁵ Vieira (2019, p.15-28), em riquíssimo prefácio à nova edição de *Sociologia do Negro Brasileiro* ([1988] 2019) nos fornece mais detalhes sobre essa diplomação, cuja votação, dos 23 participantes da reunião da Congregação da faculdade que lhe concedeu o título, teve 22 votos favoráveis, da qual participaram, entre outros, Edgar Carone, Eduardo D’Oliveira França, Alfredo Bosi, Leôncio Martins Rodrigues, Aziz Ab’Saber e João Baptista Borges Pereira, presidente da sessão.

da *Senzala*, em 1972, que o autor explicita/consolida uma interpretação de Brasil, buscando expressamente integrar as reconstituições históricas de processos de resistência escravizada numa particular interpretação sobre a escravidão brasileira, isto é, dando-lhes inteligibilidade, conferindo-as sentido explícito na formação nacional, qual seja, a do devir do trabalho livre. Essa interpretação iria se consolidar também através de desenvolvimentos categoriais em obras posteriores da década de 1980, os quais buscamos demonstrar; 3) debater a crítica de Antonio Barros de Castro (1980) à Clóvis Moura e a absorção de algumas teses de Castro pelo autor. Tratamos da obra moureana de 1959 (ano da 1ª edição de *Rebeliões...*) à 1989 (ano de publicação de *História do Negro Brasileiro*), a fim de focalizar em como a construção da base de interpretação de Moura sobre a escravidão brasileira se deu. Conscientemente, não empreendemos uma análise sobre a periodização que fez da escravidão brasileira (escravismo pleno e escravismo tardio) e nem de seu uso da categoria *modo de produção escravista*. Embora com desenvolvimento pleno apenas em *Dialética Radical do Brasil Negro* (Moura, [1994] 2020), tais elementos já estavam primariamente desenvolvidos em *Sociologia do Negro Brasileiro* (Moura, [1988] 2019) – ou seja, no escopo da periodização deste trabalho. Todavia, incorporá-los com qualidade à discussão neste artigo demandar-nos-ia mais espaço. De qualquer forma, não acreditamos que isso prejudique o trabalho, pois entendemos que a interpretação moureana não tem seu sentido alterado nas obras da década de 1990, a despeito de seus avanços e mudanças.

1. Gênese da escravidão brasileira no pensamento de Clóvis Moura (1959-1989)

Com *Rebeliões da Senzala*, em 1959, Moura inaugura “uma nova abordagem sobre a história da luta de classes no Brasil” (Rocha, 2020, p.1) e dá pontapé ao que seria a construção de uma interpretação do Brasil colonial e imperial a partir do antagonismo entre o que toma pelas classes fundamentais do período, senhores e escravizados. Nessa obra, Clóvis Moura se dedica a estudar distintas formas de manifestação da luta de classes entre senhores e escravizados no Brasil escravista, a partir da resistência dos escravizados, a qual teria como unidade básica os quilombos.⁶ Outra forma de manifestação dessa negação do sistema escravista seriam as insurreições, dentre as quais Moura destaca as baianas na primeira metade do século XIX. Não menos importante, Moura não deixa de notar e analisar a presença e inserção dinâmica dos escravizados nos distintos movimentos políticos abrangentes durante a Colônia e o Império.

⁶ A partir da 2ª edição de *Rebeliões da Senzala*, Moura (1972, p. 87) parte do entendimento das próprias autoridades coloniais para definir o que seria um quilombo. Pode parecer detalhe, mas essa escolha – que poderia ter sido outra, empregando-se uma definição culturalista, por exemplo – diz muito a respeito de sua mirada à realidade escravista: entendê-la a partir da luta de classes entre senhores e escravizados. Assim, traz Moura logo no início do capítulo “Quilombos e Guerrilhas”: “as autoridades entendiam por quilombo ‘toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles’ (Resposta do Rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740)”.

A primeira edição de *Rebeliões* foi lançada em 1959, pela editora Zumbi; a 2ª edição, fartamente ampliada, veio à público pela Editora Conquista, em 1972; a 3ª edição, publicada com o texto da 2ª, pela editora Ciências Humanas, em 1981; e a 4ª edição, a definitiva, contou com apenas algumas alterações e novas notas de rodapé e foi publicada pela editora Mercado Aberto, em 1988. A inclusão mais substancial ao texto foi uma introdução à edição. Já após o falecimento do autor, a editora Anita Garibaldi, vinculada ao PCdoB, publicou mais três edições, com base na edição definitiva: 5ª edição (2016), 6ª edição (2020) e 7ª edição (2024). A pesquisa que deu base ao texto do livro é rica em fontes primárias: na 1ª edição, resultado especialmente de longa pesquisa no Arquivo Público da Bahia; a partir da 2ª, fartamente suplementada a partir de outros arquivos, em que sua rede de sociabilidade - que incluiu os historiadores José Honório Rodrigues e Vivaldo da Costa Lima, por exemplo - foi fundamental para conseguir indicações de caminhos a seguir e acesso a documentos.

As 4 edições de *Rebeliões da Senzala* se iniciam com um capítulo denominado “Características Gerais”. Nele, como o próprio nome sugere, Clóvis Moura traça um esquema do que ele observa como aspectos elementares do Brasil escravista. Discorre sobre as razões para a escravidão negra no território, o trabalho indígena, a expansão mercantil portuguesa, entre outros pontos que considera essenciais da nossa história até a abolição. O capítulo recebeu alterações relevantes entre a primeira e a segunda edições, os quais permaneceram na 3ª e 4ª e suscitam certa polêmica. É importante anotar também que as referências marxistas da 1ª edição são parcas, como demonstrou Ana Paula Procópio da Silva (2017, p. 254), sendo a presença de Caio Prado Júnior, com *História Econômica do Brasil*, publicado em 1945, e *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, os únicos textos de fôlego de interpretação histórica do Brasil referenciados.⁷

As segunda e terceira edições da obra, lançadas, com o mesmo texto, respectivamente em 1972 e 1981, foram consideravelmente aumentadas em relação à primeira edição, contando com 4 novos capítulos, alterações no texto e em nomes de capítulos da primeira edição. A bibliografia referenciada, por sua vez, ganha um salto de qualidade e quantidade, demonstrando que o diálogo de Moura com o seu ambiente intelectual contemporâneo, nacional e internacionalmente, dava sinais de avanço. Um acréscimo que chama a atenção são as referências aos trabalhos de Nelson Werneck Sodré, grande parceiro de Moura na empreitada de publicação da 2ª edição de *Rebeliões da Senzala* e com quem manteve relações de companheirismo intelectual até, no mínimo, o início dos anos 1990 (Malatian, 2022, p. 211-224).⁸ No caso, Moura cita nas referências bibliográficas cinco obras de Sodré, que continuarão a fazer parte da lista até a última edição do livro.

⁷ Silva (2017) refere que, das obras de Caio Prado Jr., apenas *Evolução Política do Brasil* teria sido citada por Moura na primeira edição de *Rebeliões*. Todavia, na página 40 da obra, o autor cita também *História Econômica do Brasil*.

⁸ Sodré se empenhou também em divulgar a primeira edição da obra de Moura, seja nos círculos intelectuais do ISEB, seja quando o mencionou com destaque na 3ª edição de *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, publicada em 1967. Conforme análise da troca de cartas entre os dois, por Malatian (2022), teria afirmado a influência do livro para a escrita

Na 1ª edição da obra, Moura (1959, p. 9) abre o livro afirmando as razões para o surgimento da escravidão no território que futuramente receberia o nome de Brasil:

A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que vinha se realizando sua evolução nas primeiras décadas. Do outro, consequência dos interesses de nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. Portugal participará desse processo expansivo desempenhando o papel de intermediário das grandes potências, depois de um período em que teve atuação relevante como nação marítima, na época das grandes descobertas.

Já a partir da 2ª edição do livro, acréscimos – em uma primeira aparência, importantes – foram feitos no trecho (Moura, 1972, p. 27, grifos nossos), que permanece inalterado até a edição definitiva da obra:

A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas **que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatárias com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. A aparente anomalia de instituições feudais trazerem o ressurgimento da escravidão no mundo poderá ser explicada por uma série de fatores que particularizam essa aparição, conforme veremos mais tarde.** Do outro lado, foi consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. Portugal participará desse processo expansivo desempenhando o papel de intermediário dos mais fortes países europeus, depois de um período em que teve atuação relevante como nação marítima, na época das grandes descobertas.

Como podemos ver, entre as duas edições da obra, há uma mudança importante no trecho do parágrafo que abre o primeiro capítulo do livro. Essa inclusão expressa uma concepção da formação econômico-social brasileira que, se possuía traços em escritos anteriores de Moura, especialmente em *Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha* (1964), não havia ganhado tanto destaque e clareza.

Se na primeira edição da obra, Moura afirma que a escravidão negra surgiu por dois fatores complementares (“distintos, mas convergentes”), quais sejam, 1) o desenvolvimento colonial interno e 2) os interesses das nações em expansão comercial na era moderna, na segunda edição ao primeiro fator adicionaria uma leitura “nova” no tratamento da colônia.

de *Formação Histórica do Brasil*, publicado em 1962. Também o incluiu no projeto da História Nova, desmantelado pelo golpe militar de 1964, antes que Moura pudesse tomar parte ativa no projeto (Malatian, 2022).

Tratou-se da indicação de caracteres feudais na estrutura colonial brasileira: no desenvolvimento interno da colônia, esta teria se diferenciado de um “simples aglomerado de feitorias atomizadas” em “donatárias com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal”. Não exclui o segundo fator apontado – os interesses das nações em expansão comercial -, mas indica que foram instituições feudais as responsáveis pelo ressurgimento da escravidão no mundo. Por fim, declara que exporia os fatores que explicariam esse ressurgimento. **No entanto**, essa explicação da conexão de causalidade “anômala” de instituições feudais ensejarem “o ressurgimento da escravidão no mundo” não nos parece clara ao longo da obra. Segundo Moura, a colonização e o surgimento da escravidão teriam solapado o processo de desenvolvimento das sociedades indígenas existentes neste território, uma vez que destruíram sua organização material, base de seus costumes, instituições e culturas. Iniciava-se um processo de degradação social e cultural daqueles povos. Ademais, substituíam-se o conceito de propriedade comunal-primitivo para a o de propriedade privada (Moura, 1959; 2020a). Na primeira edição do livro, o autor apresenta a derrocada da escravização indígena no país como fruto da inadaptabilidade do aparelho cultural e psicológico indígena à escravização num modelo sedentário de agricultura, algo que não teria ocorrido com o “negro”, que, “oriundo de culturas já em estágio superior, conhecendo a agricultura e a escravidão, pôde alcançar o nível técnico exigido pelo colonizador para os trabalhos agrícolas” (Moura, 1959, p. 17). Dado esse empecilho à generalização da escravização indígena,

O apêlo à escravidão africana- que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais - será uma solução lógica à qual recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual faltava material humano autóctone qualificado já que dificilmente se conseguiria na Europa estoques que o substituisse (Moura, 1959, p. 18).

Essa explicação simplista e parcial sobre a origem de nossa sociedade escravista, porém, é revista a partir da 2ª edição (1972), na qual, apesar de não abandonar a ideia de que os distintos povos africanos que foram aqui escravizados seriam mais predispostos culturalmente e adaptáveis à agricultura, Clóvis Moura afirma, em linhas gerais, que foi o fato de o tráfico de escravos, conflitante com a atividade de sequestro de indígenas operada dentro da colônia, o determinante para a consolidação da sociedade escravista.

Compreende que 1) o tráfico de escravos contribuiu em grande medida para a acumulação capitalista – ampara-se em Sombart;⁹ e que 2) havia um conflito subentendido entre o capital comercial invertido na empreitada do tráfico e a atividade interna de sequestro e escravização de indígenas, sendo que a campanha político-religiosa contra a escravização de indígenas, muito

⁹ Moura não cita nem o nome completo do autor e nem a obra a que se refere. Todavia, acreditamos tratar-se do sociólogo e economista alemão Werner Sombart (1863-1941).

lembrada pelas palavras e ações de Bartholomeu de Las Casas (1484-1566), surgia como “corolário ideológico” dessa situação material. Segundo Moura (1972, p. 32), “a transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil”, com o esmagamento dos sequestradores e traficantes de indígenas pelos traficantes de africanos, foi “um dos aspectos mais importantes, se não o fundamental” da substituição do indígena pelo africano na escravidão brasileira.

Além de Sombart, cita longa passagem trabalho de Tancredo Alves (1952) em nota de rodapé, onde este desenvolve essa interpretação e relembra que Marx mesmo havia afirmado que o tráfico negreiro fora fator de acumulação primitiva de capital. Neste trecho de Alves citado por Moura, o primeiro afirma que o comércio negreiro, ao mesmo tempo em que era condicionado pelo seu mercado (agricultura tropical colonial), também o condicionava e que “foram, portanto, esses interesses mercantis externos, ligados à agricultura colonial e ao tráfico de africanos, uma outra grande razão da predominância da escravidão negra no Brasil” (Alves, Tancredo, 1952 *apud* Moura, 1972, p. 32). Aliás, o próprio tripé da política e economia das metrópoles, segundo Moura (1972) – grandes companhias navegadoras, grandes plantações e monopólio comercial – não está muito distante do que Fernando Novais (2005) apontaria mais tarde como os três elementos definidores do que aponta como “modo de produção colonial”¹⁰.

Na 1ª edição de *Rebeliões* (1959), portanto, o autor ainda não afirma claramente a relação entre acumulação primitiva, tráfico negreiro e escravidão moderna para explicar a consolidação da escravidão negra no centro do sistema de produção da colônia em contraposição à coerção de mão de obra indígena. Isso não significa que a relação entre esses processos históricos tenha escapado completamente à Moura em 1959. Na verdade, ela aparece em dois momentos: 1) quando retoma apontamentos dirigente do Partido Comunista Argentino, Rodolfo Ghioldi (1897-1985), em que este afirma que fora a acumulação primitiva de capital na Europa que fizera ressurgir a escravidão na América, séculos após o fim da escravidão antiga e 2) na medida em que retoma parcialmente os escritos de Marx no qual este salienta a alta relevância do tráfico negreiro para a acumulação primitiva de capital:

O tráfico de escravos africanos foi um dos motivos mais importantes no aguçamento das contradições entre essas nações (...) Como disse Marx, os comerciantes ingleses transformaram a África no "lugar onde eram caçados os homens negros. (...) O tráfico negreiro iria contribuir em escala ponderável para a acumulação primitiva do capital que

¹⁰ Embora Fernando Novais nunca tenha dedicado uma obra de fôlego para responder as críticas e polemizar com outras abordagens sobre a gênese e a natureza do escravismo – algo que, segundo ele próprio, era de sua vontade, como declarou em entrevista à Revista Arrabalde, em 1989 (Novais, 2005, p. 351) –, ele afirmou que compreendia a existência de um “modo de produção colonial”, o qual teria apresentado três características essenciais: **a dominância da produção mercantil, o trabalho compulsório e a externalidade da acumulação**. Esses elementos traduzem, em certa medida, a especificidade da economia colonial para o historiador paulista, uma totalidade que não poderia ser classificada como capitalista, escravista ou feudal, sob o risco de perder sua particularidade (Novais, 2005, p. 365).

serviu de alicerce a sociedade atual. (...) Obtida a supremacia do tráfico de escravos, a Inglaterra dele se beneficiará enormemente durante dilatado período. (...) A África tornou-se – em consequência – um campo de pilhagens e grande parte do seu devassamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos. Desde muito cedo, por isto, o continente negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista (Moura, 1959, p. 24).

A partir da segunda edição da obra, por sua vez, o autor ainda desenvolveria o apontamento de Ghioldi para diferenciar escravidão antiga e escravidão moderna: esta seria surgido “como um elemento constitutivo inicial do capitalismo” (Moura, 1972, p.39), na medida em que o tráfico negreiro se constituía em poderosa empresa comercial que se expandia por meio do domínio da costa africana e em que se desenvolvia a exploração de áreas coloniais, através da escravidão. Diferentemente da escravidão “clássica”, portanto, o escravizado moderno era alienado por “forças exteriores”, um “conjunto exógenos de circunstâncias”, e não um ser humano que fora alienado dentro da própria estrutura local em que existia antes a sua escravização.¹¹

Além disso, Moura também afirma a relação contraditória que escravidão e capitalismo terão a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra. Na primeira edição de *Rebeliões*, Clóvis Moura (1959, p. 28) apenas anuncia essa ideia: “a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já havia se consolidado em toda sua plenitude, cêdo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa”, o que teria ensejado a campanha inglesa de extinguir o tráfico negreiro e a escravidão mundo afora - com exceções, claro, como no caso de seu apoio aos Confederados na Guerra Civil Norte-Americana, dada a importância do algodão estadunidense para a indústria têxtil inglesa - após ser campeã do tráfico.

Já a partir de 1972, é mais específico, afirmando que, a partir do desenvolvimento da Revolução Industrial Inglesa, “a África não era apenas uma região onde se preava o negro. Era para a ‘Alta Albion’ um mercado em potencial para as suas manufaturas” (Moura, 1972, p. 40). Desde a sua estreia na historiografia brasileira, portanto, o intelectual piauiense, em conclusão não distante das de Eric Williams ([1944] 2012),¹² amparando-se em bibliografia (Sombart e Tancredo Alves,

¹¹ Essa diferenciação, por sua vez, remete-nos a Caio Prado Jr ([1942] 1971). Segundo este, a escravidão antiga seria resultado de um processo evolutivo daquelas sociedades em que existiu, originado e plasmado em sua estrutura social, material e moral, ao contrário da escravidão moderna, que não teria conexão com passado ou tradição alguma, tendo sido fruto apenas da expansão comercial europeia. O autor ainda extrai consequências morais dessa diferença fundamental, que não aparecem em Clóvis Moura (1972). Essa diferenciação entre escravidão moderna e antiga não aparece na primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, em que Moura não cita *Formação do Brasil Contemporâneo*, livro onde Prado Jr. explora essa diferenciação. É possível que essa diferenciação de Moura, inscrita a partir de 1972, quando *Formação...* aparece entre a bibliografia, seja fruto de absorção da obra de seu colega paulista.

¹² Eric Williams (1911-1981) foi historiador e ex-primeiro ministro de Trindade Tobago. Em sua obra clássica, *Capitalismo e Escravidão* ([1944] 2012), Williams propõe um estudo econômico sobre a relação entre escravidão nas colônias caribenhas inglesas e o desenvolvimento do capitalismo britânico. Deste estudo, **duas teses** são salientes: I – A escravidão negra nas plantations e o tráfico negreiro transatlântico, conectados à metrópole pelo comércio triangular, teriam sido fundamentais para a acumulação de capital que resultou na Revolução Industrial inglesa do século XVIII; II – O avanço e consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra teria destruído (condenado estruturalmente ao definhamento) esse mesmo sistema escravista.

como vimos), afirma que a campanha inglesa para a destruição do tráfico negreiro e da escravidão possuía raízes no próprio desenvolvimento capitalista inglês.

Entretanto, Clóvis Moura não se dedicou a este tema em textos de fôlego ou obras específica e, conseqüentemente, não buscou teorizar e reconstituir a relação entre a constituição do capitalismo e a escravidão com o mesmo vigor que o teórico caribenho. Quando reiteramos essa aproximação entre Moura (1959) e as conclusões de Williams ([1944] 1952), a fazemos, contudo, com importantes ressalvas: deu-se a partir de outros autores (~~explicitamente Sombart e Alves~~) e não se dedicou especificamente ao tema.

Em *O Negro: de bom escravo à mau cidadão?* ([1977] 2021), Clóvis Moura se utiliza pela primeira vez, e de maneira não muito alongada, da obra de Williams. Na ocasião, o seu objetivo é localizar as raízes da diáspora negra: estariam na união indissolúvel que existiu entre o tráfico de escravizados e a acumulação de capitais, especialmente na Inglaterra, que dará ensejo à emergência da Revolução Industrial. Ainda, apoia-se no autor de Trindade Tobago para se contrapor à interpretação de Max Weber (1961), a quem critica não apenas por tentar compreender o capitalismo por uma determinada “racionalidade” e não pelo seu processo histórico objetivo, mas, nesse caso, especialmente por negar o peso da escravidão no desenvolvimento industrial. Segundo Weber (1961, p. 256 *apud* Moura [1977], 2021, p. 152), a escravidão a partir do século XVIII teria tido pouca importância para a economia europeia, uma vez que, embora tenha criado uma expressiva quantidade de financistas, “somente em pequena escala contribuiu para desenvolver a forma industrial de exportação e a organização capitalista”. Utilizando-se de alguns exemplos históricos que o autor caribenho descreve sobre o crescimento de Liverpool, Moura rechaça essa interpretação weberiana.

Alguns anos mais tarde, em *Raízes do Protesto Negro* (1983, p. 18-20), Moura gastaria mais tinta na menção à Williams, demonstrando adesão a sua tese clássica. O mote de sua explanação é o papel do tráfico triangular na articulação entre metrópole e colônia, sob o necessário regime de monopólio comercial. Trata-se, sobretudo, de compreender que a conexão histórica entre tráfico de escravizados e acumulação de capitais foi mediada por dois elementos fundamentais: o tráfico triangular e o regime de monopólio comercial.

O tráfico triangular consistia num complexo em que interagiam metrópole, colônia e costa africana. Nele, metrópole e colônia vendiam em África, com lucro, suas exportações de produtos manufaturados e coloniais; deste continente, compravam (sequestravam) seres humanos a serem escravizados; vendiam estes, com lucro, às *plantations*, de onde compravam gêneros tropicais ou

Avaliamos que em 1972 já seria muito provável que, mesmo sem o contato direto com a obra de Eric Williams, Moura tivesse absorvido parte de suas ideias indiretamente, especialmente através de leituras das obras de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa. De toda maneira, em nível mais geral e abstrato, sem o refinamento de alguns conceitos como o de *tráfico triangular*, a partir de Marx, Sombart e Tancredo Alves, Moura, desde 1959, afirma ideias semelhantes às que constituem as conclusões do ex-primeiro ministro de Trindade Tobago sobre a relação entre capitalismo e escravidão.

pedras preciosas a serem vendidas, com lucro, no espaço metropolitano. Para que essa triangulação fechasse, por sua vez, o monopólio comercial foi o mecanismo regulador indispensável. Assegurava-se, assim, a dinâmica econômica da sociedade colonial, subordinada à acumulação nas metrópoles e ao crescente desenvolvimento das forças produtivas naqueles espaços.

Em 1988, com *Sociologia do Negro Brasileiro*, iniciam-se uma inflexão na relação do autor com a obra do caribenho. Tímidas, mas existente. No livro, Clóvis Moura ([1988] 2019, p. 221-239) defende – embora mais à nível retórico – a obra de Williams diante da crítica de 1) Kátia de Queiroz Matoso (1982), que afirmava que o Brasil havia, de maneira geral, escapado ao tráfico triangular e de 2) Ciro F. Cardoso (1982), cujo “radicalismo crítico” contra a obra do autor caribenho, buscava refutá-la pela inconsistência dos dados estatísticos e da relação entre capitalismo e abolição (tese II de *Capitalismo e Escravidão*).¹³ Entretanto, Moura razoavelmente abdica da defesa da tese II de Williams, quando afirma que “parece-me que o fundamental na obra de Eric Williams não é a análise da conexão capitalismo/Abolição, mas o conceito de tráfico triangular. Mesmo com as possíveis deficiências estatísticas, o fato é inquestionável” (Moura, [1988] 2019, p. 238-239).¹⁴

Destacamos essas transformações no pensamento moureano não apenas por mera curiosidade, mas para argumentar que houve uma evolução na apropriação da historiografia e do marxismo por parte do autor. O que ele faz a partir 2ª edição de *Rebeliões da Senzala* e ao longo de obras subsequentes, é um refinamento de sua análise, com grande incorporação de nova bibliografia e fontes primárias. Nesse sentido, corroboramos a afirmação de Farias (2024) de que a obra de Moura adquire densidade e fundamentação teórica após 1959.

Podemos concluir também que houve avanços qualitativos entre a 1ª edição de *Rebeliões* e as posteriores, de forma que devemos ter cuidado para não incorrer em anacronismos ao nos referenciarmos a essa obra específica de Moura, especialmente tendo-se em vista que as edições mais lidas pelo público hoje certamente são a terceira e aquelas que contém o texto da quarta. Não defendemos que se tratam de obras com sentidos distintos. Todavia, e isso demonstraremos também na próxima seção, não é verdade que desde 1959 as linhas principais de *Rebeliões* já possuíam o seu desenvolvimento pleno ou mesmo já estavam todas ali desde o começo. Muitas só surgirão ou se explicitarão a partir de 1972. Aliás, embora em quantidade muito menor, existiram também mudanças

¹³ Moura não menciona, mas a base quase exclusiva de Cardoso (1982) para rechaçar Williams consiste nas já conhecidas críticas do historiador estadunidense Seymour Drescher.

¹⁴ Embora fuja ao escopo que estabelecemos para a análise da obra moureana (1959-1989), note-se que em *Dialética Radical do Brasil Negro*, de 1994, obra-síntese da interpretação de Brasil de Clóvis Moura, este reafirma essa específica absorção de Williams ([1944] 2012). Tanto que o autor 1) postula o tráfico triangular como uma das pedras fundamentais do escravismo pleno no Brasil (1550-1850); e 2) reproduz a mesma crítica a Weber, amparado em Williams, que havia feitos quase duas décadas antes; e 3) a principal referência que utiliza para explicar a gênese do escravismo no Brasil está na interpretação de Fernando Novais em *Brasil e Portugal na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, de 1979, que tem uma relação muito positiva com a obra do historiador de Trindade e Tobago. Por fim, em sua última obra, Moura (2004, p. 399-400) dedica um verbete ao tráfico triangular, reiterando a assimilação positiva que fizera da tese I do autor caribenho desde 1977.

importantes no texto da 2ª para a 4ª edição da obra. As principais – além da introdução que o autor faz à nova edição – versaram sobre a escravidão em África e no Quilombo dos Palmares.

2. A dinâmica da sociedade escravista em Clóvis Moura: algumas notas sobre a construção de sua interpretação

Segundo Moura, é a generalização da escravidão – isto é, sua preponderância nas relações de produção – que cria uma sociedade de tipo escravista. Cinde-se a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: senhores de escravos – conectados à metrópole via monopólio comercial – e escravizados (Moura, 1959, p. 19-20). Todavia, não há na 1ª edição da obra a noção **explícita**, que Moura futuramente carregaria até seus últimos dias, de que foi o conflito de classes entre senhores e escravizados o eixo principal a partir do qual se dinamizou a vida colonial. Isso veremos somente a partir de 1972, com a 2ª edição de *Rebeliões...*, e nas obras subsequentes do autor. Com essa ausência na primeira edição, parece não haver um eixo claro de interpretação do autor sobre o Brasil escravista da forma como faria a partir de 1972. Consequentemente, na obra de 1959, o primeiro capítulo “Características Gerais” e os demais, em que distintos eventos históricos de rebeldia negra no Brasil escravista são descritos, parecem não conformar uma unidade entre “análise” e “história”.

Naquele momento, a leitura mais geral de Clóvis Moura sobre a colônia se aproximava muito à de Caio Prado Júnior, com quem já havia tido contato através de *Evolução Política do Brasil e História Econômica do Brasil*, livros citados na 1ª edição de *Rebeliões*, e trocas de cartas. Aliás, como resgatamos anteriormente, eram os únicos textos de fôlego de interpretação histórica do Brasil referenciados naquela primeira edição de *Rebeliões...* Nesta obra, o “sentido da colonização” caiopradeano é evidente, por mais que o autor não se refira explicitamente a essa categoria.¹⁵

¹⁵ Afirma Moura (1959, p. 22-23, grifos nossos). “Essa imensa massa escrava irá impulsionar a economia colonial e esmagara quase inteiramente o trabalho livre que existia antes do seu aparecimento. O trabalho manual passa a ser considerado infamante. Somente praticável por escravos. **A economia brasileira irá assentar suas bases na grande agricultura monocultora, no trabalho escravo produzindo para os senhores de terras e engenhos, sob o monopólio comercial da Metrópole.**

Portugal canalizará para si o resultado de quase tôda a exportação. Os portos brasileiros são fechados as demais nações. Outros gêneros ou produtos que os não destinados à exportação para a Metrópole têm seu plantio ou fabrico proibidos. A plantação do tabaco será impedida. Atividades como as de ourives e outras eram perseguidas. **Estava, assim, constituída e estabilizada momentaneamente nossa sociedade em moldes destinados exclusivamente a produzir gêneros exportáveis – no caso particular o açúcar – e apoiada socialmente nos donos de terras, os grandes latifundiários agrários”.**

A partir da 2ª edição de *Rebeliões da Senzala* em diante, a concepção mais abrangente de Moura sobre o Brasil escravista ganhará contornos próprios e mais delineados. Na verdade, nesta nova edição do livro, fartamente ampliada, há uma preocupação muito evidente por parte do autor não apenas de rever certas ideias e aumentar o material empírico que demonstra a participação do negro na constituição política do país, mas de, especialmente, costurar um nexo de sentido entre a formação econômica e social brasileira e as inúmeras descrições de insurreições, quilombos e guerrilhas de escravizados que constroem os seus capítulos. Em outras palavras, integrar essas lutas na inteligibilidade da formação econômica e social brasileira. Assim, o autor anuncia logo na introdução à 2ª edição da obra:

A documentação factual que iremos apresentar em seguida só tem sentido como elemento comprobatório de um processus. Fora disto, perder-nos-emos em detalhes sem visão diacrônica, ficaremos emaranhados em detalhes e questiúnculas sem maior importância (Moura, 1972, p. 22).

Se em 1959, o autor limitava-se a afirmar que a sociedade colonial dividia-se em duas classes fundamentais, em 1972 dirá que “senhores e escravos constituíam a dicotomia básica brasileira” (Moura, 1972, p. 20), sendo as outras contradições da formação histórica do Brasil apenas reflexas ou suplementares a essa central. Ou seja, **é a partir de 2ª edição de *Rebeliões da Senzala* que Clóvis realmente deixa explícito que, para ele, a contradição determinante na formação e caracterização da sociedade era aquela existente entre senhores e escravizados e não apenas mais uma das contradições.** Esta será a mirada do autor sobre a história do Brasil colonial e imperial a partir de então, o seu eixo interpretativo. Como veremos no terceiro capítulo, em *Dialética Radical do Brasil Negro* ([1994] 2020b), o autor oferecerá maior subsídio teórico a essa perspectiva.

Na verdade, a questão da falta de um eixo de interpretação em *Rebeliões* já havia sido apontada por Antônio Barros de Castro (1980). Em determinada parte do seu texto, Castro (1980, p. 94-107), se dedica a debater as diferentes interpretações no pensamento social brasileiro acerca do peso histórico dos escravizados no curso efetivo de nossa história colonial e imperial, bem como apontar esboços para uma resposta própria. A interpretação principal, segundo Antônio Barros, seria aquela que, de maneira geral, entenderia a presença histórica do escravizado como nula. Insere nesse bojo interpretativo autores como Caio Prado Júnior, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Novais. Ainda de acordo com Castro, tais autores – explícita ou implicitamente – teriam sustentado que a coerção extra-econômica sobre a rebeldia escrava, ao nível individual, não teria deixado marcas na ordem econômica e social e as rebeliões não teriam criado base para uma nova história, podendo ser ignoradas. Em resumo, conforme essa posição, os escravizados teriam servido apenas como “fonte

de energia”, *instrumentum vocale*, integrando o regime de produção sem qualquer potência social que merecesse maior consideração. Castro (1980, p. 95) então, afirma em nota de rodapé:

Esta posição é involuntariamente ratificada por um gênero de relato histórico que faz a exaltação das rebeliões escravas, mas não consegue relacioná-las com a corrente principal da história — a qual (supostamente) seguiria o seu curso, guiada quer pelo “sentido” quer pela lógica evolutiva de um determinado modo de produção. Este parece ser o caso, por exemplo, de *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura, São Paulo 1959, onde, por um lado, se procura realçar a importância das rebeliões, por outro se acata um férreo determinismo econômico, no que se refere à evolução da sociedade (Castro, 1980, p. 27-28 e 52, quanto a este último ponto).

Tratemos da crítica à Moura. De fato, como dissemos, não achamos que Clóvis tenha conseguido – se é que de fato se propôs à essa tarefa - de relacionar as lutas escravas à “corrente principal da história”, na primeira edição de *Rebeliões da Senzala*. Nisso concordamos com Castro. A “corrente principal da história” em Moura (1959), de fato, pode ser encontrada no “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior e algo próximo à tese II de Williams, conforme as passagens que já pontuamos. Trata-se, diga-se de passagem, de duas noções rechaçadas por Castro em seu texto. Logo, talvez por isso a acusação de que o intelectual piauiense teria se prendido a “um férreo determinismo econômico” na evolução da sociedade.

Por fim, a conclusão do economista é a de que a obra de Moura, assim como de outros que, segundo ele, teriam exaltado as rebeliões escravas sem conseguir relacioná-las à dinâmica histórica, teria corroborado o conjunto de interpretações que desconsideravam o papel social do escravizado na formação histórica brasileira. Neste ponto avaliamos que Castro está equivocado. E aqui não estamos nos referindo ao juízo que faz de Prado Jr., Cardoso e Novais, pois não teremos condições de tocar nesta questão, mas, sim à crítica à Moura. Na nossa avaliação, se Moura não conseguiu apontar a nível mais geral a inteligibilidade da luta escrava na formação nacional dado o caráter muito mais descritivo do que analítico da primeira edição de *Rebeliões*, a própria circunstância da consecução de uma obra inteira, e pioneira, para destacar a existência numerosa e socialmente relevante daquelas lutas, aponta – embora não realize o movimento completamente – em sentido totalmente oposto ao de se anular a presença histórica do escravizado em nossa formação. De qualquer maneira, se formos além da primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, veremos que as análises históricas de Moura sobre o Brasil escravista de fato constituem respostas às indagações colocadas por Barros de Castro em seu texto, por mais que se possa questionar os limites de tais respostas.

Um ano após a publicação do texto de Castro (1980), Moura publica *Os quilombos e a rebelião negra* (1981). Nele, Moura não responde diretamente à crítica que havia recebido –, talvez porque,

quase dez anos depois da reformulação de *Rebeliões...*, com a publicação da 2ª edição do livro, ela já não fazia tanto sentido – mas absorve alguns elementos importantes apresentados por Antonio Barros em seu artigo: 1) a forma de se avaliar o impacto das rebeliões escravas na compreensão da formação nacional; 2) a questão da consciência dos escravizados em suas lutas; 3) a crítica a Caio Prado Júnior. Em todos os pontos, exceto no último, refere-se diretamente à Castro. Quanto ao primeiro ponto, após destacar positivamente o tratamento dado por Antonio Barros à questão da consciência escrava, na discussão sobre a ocupação da fazenda Santana por seus trabalhadores escravizados, em 1789, Moura (1981, p. 77) retoma a concepção mais ampla do economista sobre a inteligibilidade das rebeliões escravas:

Por tudo isto ainda escreve Antônio Barros de Castro que “os sucessos que tiveram lugar no antigo engenho dos Jesuítas em Ilhéus, e o sangrento levante iniciado nas armações da cidade de Salvador, no ano de 1813, parecem estabelecer duas vertentes para a rebeldia escrava. Em ambos os casos os rebeldes fracassaram. Mas **os resultados obtidos pelos escravos em suas lutas não devem ser julgados pelo êxito ou fracasso destes conflitos abertos, que, a rigor, mais revelam do que realizam. Os atos de rebeldia declarada e aberta são como o vapor que escapa ruidosamente da máquina; há que tomá-lo como um índice da pressão existente no seu interior**” (Moura, 1981, p. 77).

Não só um índice no sentido quantitativo do termo, mas em como aquele regime social sofreu transformações políticas, sociais e militares diante da convivência com a rebeldia escrava (Castro, 1980, p. 98). Moura, além de buscar narrar, a partir de eventos históricos, a influência da rebeldia escrava no regime escravista, inscreveu-a num *devir*.

Passemos ao terceiro aspecto da obra de Castro absorvida por Moura. Nas últimas linhas de *Os quilombos..* afirma o autor:

Não cabe discutir aqui, como se pretende, academicamente, se o negro, através das suas lutas, conseguiu entrar na história ou ficou, por não obedecer ao “sentido” da colonização, jogado nos socavões de uma não-história. Esta perspectiva teleológica de um sentido surge da visão de que há uma evolução predeterminada e não modificável pelo nível e importância da luta de classes. Procurar-se ver as lutas dos escravos como elemento lateral de um possível sentido significa não se ter capacidade de reconhecer como essas lutas, mesmo sem vencer e criar outro projeto de ordenação social, influíram na conclusão do processo (Moura, 1981, p. 97).

Não é preciso ser um grande especialista no debate sobre a formação colonial brasileira para deduzir que essa crítica foi endereçada à Caio Prado Júnior. Inclusive, embora possa parecer que Moura também esteja esboçando uma crítica metodológica à noção de *sentido* na História, a sua discordância é mais específica. Em palavras simples, para ele, a perspectiva do “sentido da

colonização” seria teleológica porque não reconheceu a potencialidade das lutas dos negros de mudar o curso inicial daquele sentido e de como, mesmo sem vencer e parir um outro ordenamento social, influenciou no desfecho do processo. Teria entendido a luta dos escravizados como “elemento lateral” daquele sentido e a jogado “nos socavões de uma não-história”.¹⁶ Até onde pudemos verificar, trata-se da primeira crítica mais direta à Caio Prado Jr. – embora o autor não o cite. É muito razoável a hipótese de que tal crítica, se não inteiramente tomada de Barros de Castro, fora no mínimo fortemente influenciada por ele.

Se, por um lado, o fato da centralidade econômica da escravidão no Brasil, conforme o autor, não pode ser explicado sem o entendimento de que o escravizado representou uma função estabilizadora na economia colonial, por outro, a dinâmica dessa sociedade adviria da negação do escravizado diante seu próprio *status*. Isto é, de sua rebeldia, expressa das mais distintas formas, mas especialmente através dos quilombos (Moura, 1972), a qual teria inscrito na história um devir do trabalho livre. Trata-se da perspectiva básica através da qual Clóvis Moura lê o Brasil escravista (1550-1888) em todas as suas obras, a partir de 1972, apesar dos desenvolvimentos e mediações que dá a ela. Moura enuncia essa ideia de forma clara pela primeira vez na introdução à 2ª edição de *Rebeliões*:

Mas, ao mesmo tempo, foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem de uma forma de trabalho para outra, ou, em outras palavras, a passagem da escravidão para o trabalho livre. **O escravo visto na perspectiva de um devir** (Moura, 1972, p. 22, grifos nossos).

Em segundo lugar, é preciso expor que Clóvis Moura não compreendia a insurgência escravizada, nas suas diferentes expressões, como **direta e imediatamente** globais e abolicionistas. Todavia, neste tema, o da consciência rebelde do escravizado, identificamos uma mudança na obra do autor entre os anos 1970 e 1980.

Na introdução à 2ª edição de *Rebeliões da Senzala* (1972), Moura aponta que a condição de escravizado, na Antiguidade e na Modernidade, impedia-o de se tornar homem autoconsciente e, conseqüentemente de, ao se rebelar contra a ordem, projetar uma outra sociedade que a ultrapassasse. O argumento central que mobiliza é o de que, segundo o autor, a classe escrava seria um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, inapto ao domínio de técnicas mais avançadas que as

¹⁶ Utilizamos aqui “negro” como intercambiável ao termo “escravizado”, pois o autor assim os maneja no trecho citado. Além disso, como o próprio Moura afirmou sobre o Brasil escravista em outro momento: “a situação do negro imbricava na situação do escravo” (Moura, 2020a, p. 37).

primitivas de seu trabalho cotidiano, considerando também que o seu regime de trabalho o insulava do processo de modificações técnicas da sociedade. Disso deduz que o escravizado

não podia ter elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através de suas lutas, conseguiria o poder do Estado. A alienação que o envolvia deixava-o como o peru no círculo de carvão. Tal papel estava destinado a outra classe social. (...) O papel dessas lutas foi sempre outro: solapar as bases materiais e conseqüentemente as relações de trabalho existentes entre senhor e escravo (Moura, 1972, p. 21).

Ora, se lembrarmos da Revolução Haitiana, a afirmativa de Moura se dissolve pelo martelo da História: os escravizados da ilha de Saint-Domingue realizaram uma Revolução em 1794, em que tomaram o poder daquela sociedade, forjando a possibilidade de inaugurá-la em bases novas e próprias. Mas Moura tenta se blindar deste claro furo, pois afirma que “com exceção da experiência de conteúdo controvertido do Haiti, nenhum movimento de escravos conseguiu estabelecer Estado próprio” (Moura, 1972, p. 21).

Logo após essas considerações, Moura cita Ianni (1962, p. 117), indicando para nós que essa concepção mais geral dos limites da resistência dos escravizados provavelmente fora fruto de sua absorção de *As Metamorfoses do Escravo*, edição da tese de doutorado do sociólogo. Na passagem citada por Moura, sobressaem algumas ideias-chave de Ianni: 1) às ações de resistência do escravizado não se poderiam atribuir significação política. Isto é, não tinha caráter imediatamente político. Assumiria tal caráter apenas “por intermédio de homens livres que organizam ou lideram o abolicionismo” (Ianni, 1962, p. 243-245 *apud* Moura, 1972, p. 21); 2) a sua atuação não era diretamente abolicionista, mas sim pautada pela necessidade individual de evadir-se da situação escrava; 3) não teve o caráter revolucionário que caracterizou a ação dos abolicionistas brancos; 4) para que assim fosse, o escravizado precisaria forjar uma consciência coletiva de sua condição, o que a situação de alienação total em que se encontrava, derivada de seu próprio status, impedia; 5) dada essa impossibilidade estrutural, apenas através dos homens livres que organizaram o movimento abolicionista é que o comportamento do escravizado passaria a adquirir significação política relevante.

Entretanto, como afirma Moura, “significação política” não no sentido de autoconsciência do processo histórico por parte do escravizado, mas como substrato material, “massa humana” que impulsionou o movimento abolicionista, dirigido por camadas livres. Como fica claro, não há em Clóvis Moura, pelo menos até 1981, uma ideia de que a resistência escravizada, através de quilombos, insurreições, assassinatos, guerrilhas etc. pudessem¹⁷ seria diretamente abolicionista, justamente por

¹⁷ Veja, o “pudessem” aqui é importante: o que Moura estabelece, partindo de Ianni (1962), é uma impossibilidade *a priori* sobre os alcances da ação contestadora dos escravizados. No entanto, as próprias descrições e interpretações de alguns

conta da alienação em que se encontrava e determinava a impossibilidade de autoconsciência coletiva do processo que levasse a uma ação política global e revolucionária.¹⁸ Todavia, se não assumiu direta e conscientemente um caráter abolicionista, a resistência escravizada não deixaria de ter tido o seu papel na passagem ao trabalho livre, conforme veremos no que o autor elabora como *devir*.

Em 1981, no entanto, em *Os quilombos e a rebelião negra*, que teve três edições pela editora Brasiliense, Clóvis Moura revê aquela posição afirmada em 1972 e 1977. Em um capítulo denominado “Reivindicação e consciência no escravismo”, discute o famoso documento “Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados”, um tratado de paz de 1789 proposto por escravizados que ocuparam a fazenda Santana, em Ilhéus, na Bahia, onde trabalhavam. Neste documento, encontrado e divulgado pelo historiador brasileiro Stuart B. Schwartz (1977), os escravizados apresentam, numa carta de reivindicações as suas condições para retornar aos trabalhos no engenho. Conforme sistematização de Antonio Barros de Castro (1980, p. 96-97), tais eram as reivindicações mais importantes constantes no documento:¹⁹

- Os escravos teriam a sexta-feira e o sábado para trabalhar para si próprios, e isto deveria ser respeitado, mesmo na ocorrência de dia santo nos demais dias da semana. Para os cultivos de arroz, os escravos poderiam escolher qualquer brejo, sem para isto pedir licença. Quanto às ferramentas, ficariam permanentemente em posse dos escravos
- no barco que vai a Salvador, haveria um espaço reservado para os escravos remeterem as suas «cargas», sem pagamento de frete;
- a carga de trabalho diário seria reduzida, segundo propostas precisas e detalhadas, que discriminam atividade e sexo;
- os atuais feitores seriam substituídos por outros, escolhidos «com a nossa aprovação»;
- finalmente, os escravos poderiam «brincar, folgar e cantar em todos os tempos», sem que para isto fosse preciso licença.”

Como afirma Castro (1980, p. 97), a quem Moura cita concordando, se as propostas fossem aceitas, a própria escravidão se descaracterizaria profundamente. Originar-se-ia ali um sistema social em que a maior parte do tempo de trabalho dos escravizados seria cedida em troca dos meios de

casos históricos de rebeldia negra, especialmente da Conjuração Baiana (Moura, 1972, p. 61-69), da Balaiada (Moura, 1972, p. 115-117) e da dinâmica dos papa-méis na Cabanagem (Moura, 1972, p. 118-120) parecem contradizer ou, no mínimo, enfraquecer o pressuposto teórico que o autor estabelece no início da obra.

¹⁸ Ainda nos 1970, Moura ([1977] 2021, p.45-46, grifos nossos), seguiria na mesma toada: “esta impossibilidade do negro livre integrar-se a curto prazo deve-se, em primeiro lugar, a que a escravidão, como sistema de produção, criava limitações estruturais que impediam o negro de ter interesse relevante pela mercadoria que produzia. Separava-se radical e completamente dos bens que criava, não participava, nem mesmo através da venda da sua força de trabalho, na troca de mercadorias, pois ele próprio era mercadoria que circulava no sistema escravista. **Isto o alienava de tal forma que o impedia de ver-se e elaborar valores de contestação globais e racionais ao sistema.** Demonstrava apenas, através de atitudes de rebeldia individuais ou grupais, sem objetivos definidos mais radicais, o descontentamento que o atingia. **Definia-se, assim, em face da própria situação do escravo, um pensamento meramente fragmentário, que não lhe dava condições de elaborar um sistema ideológico capaz de desaliená-lo**”.

¹⁹ Moura (1981b, p.73-75) transcreve o documento completo.

produção necessário e no qual eles próprios cuidariam da sua própria existência. Além disso, os castigos corporais não são mencionados, o que talvez denotaria, segundo Schwartz (1977), que eles não teriam razão de existência no novo regime social proposto pelos escravizados. Esse é o ensejo para Moura rever a sua posição dos anos 1970, baseada em Octávio Ianni (1962), por mais que não transpareça essa revisão em tom de autocrítica:

Como vemos, o nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do instrumentum vocale de acordo com teorias tradicionais.

(...)

De fato, esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo de trabalho. **Esta ponte estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretarem a realidade emergente** (Moura, 1981, p.75-76, grifos nossos).

De qualquer forma, acreditamos que esse abandono da noção de “alienação total” não o fez rever a ideia de que a insurgência de escravizados não tivesse adquirido conteúdo imediatamente global e abolicionista. Como afirma o autor na conclusão do livro de 1981:

Durante todo o tempo que durou o escravismo, **o negro rebelde agia ativamente, embora sem a possibilidade de elaborar um projeto de nova ordenação social que substituísse o existente.** O papel dessas lutas foi o de desgastar social, econômica e psicologicamente a classe senhorial (Moura, 1981, p.95, grifos nossos).

Além disso, é importante pontuar que quando Moura nega o conceito de alienação do *instrumentum vocale*, não o faz postulando que deveríamos, então, na análise histórica desconsiderar o *status* de mercadoria, de coisa, que a ordem escravista imputava ao cativo. Na introdução desta mesma obra afirma: “o escravo, no entanto, **se, de um lado, era apenas coisa**, do outro lado era ser. Por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade humana” (Moura, 1981, p.8, grifos nossos). De forma mais desenvolvida, na introdução à 4ª edição de *Rebeliões da Senzala* (1988), afirma que no modo de produção escravista, o escravo era força

produtiva, instrumento de produção e mercadoria. Não vendia a sua força de trabalho, pois era considerado uma mercadoria como qualquer outra.²⁰

Como dissemos anteriormente, a partir de 1972, é nítida a preocupação de Moura em teorizar, fornecer uma linha explicativa para a descrição dos processos históricos de resistência escravizada que narrara na primeira edição de *Rebeliões da Senzala*. Inclusive, isso se traduz nas duas primeiras páginas adicionadas que abrem um capítulo central do livro, o capítulo terceiro, “Quilombos e Guerrilhas”. Na 1ª edição, Moura (1959, p. 67-68) abria o seu capítulo com a classificação das formas de lutas dos escravizados feita por Édison Carneiro no clássico *O quilombo do Palmares* (1947), em que o autor as divide em três: 1) revolta organizada para a tomada do poder, como no caso dos levantes malês, na Bahia, entre 1807 e 1835; 2) insurreição armada, como no caso da Balaiada, no Maranhão, em 1839; 3) a fuga para os matos, com a formação de quilombos, como no caso de Palmares.

A essas “três formas fundamentais de luta”, Moura adiciona mais duas: as guerrilhas, elemento complementar dos quilombos, e a participação dos escravizados em movimentos políticos abrangentes, os quais, “embora não sendo seus, adquirirão novo conteúdo com a sua participação” (Moura, 1959, p. 68).²¹ A partir de 1972, a sistematização de Carneiro não seria abandonada por Moura, mas precedida pelo específico entendimento do intelectual piauiense sobre a relação entre os quilombos e a formação social brasileira, isto é, uma formulação teórica sobre o significado do quilombo no Brasil escravista. Diz ele (Moura, 1972, p. 87, grifos nossos):

O quilombo foi, incontestavelmente, **a unidade básica de resistência do escravo**. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como **elemento de desgaste do regime servil**.

(...)

O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. **Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.**

²⁰ Moura recorreu à Marx nesse intento: A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, o trabalho livre. O escravo não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria (Marx, [1849] 1982, p. 63 *apud* Moura, [1988] 2020, p. 40).

²¹ Clóvis Moura, durante as pesquisas para a escrita da primeira edição de *Rebeliões da Senzala*, trocou cartas com Édison Carneiro. Inclusive, em carta à Moura, datada de 17/09/1951, Carneiro afirma algo importante e que, avaliamos seria perseguido por Moura ao longo das décadas posteriores: “Considero extremamente importante a sua pesquisa e, ao menos neste caso, não creio essencial a parte sobre os líderes. Em geral as informações sobre os chefes e elementos de destaque nas revoltas negras são sumárias e, quando encontramos nomes, já nos podemos considerar felizes. Se você teve a pachorra de ler o meu trabalho sobre os Palmares, terá visto como são deficientes as informações sobre Zumbi, que ocupou as atenções gerais durante tanto tempo. Quanto mais os chefes das pequenas revoltas bahianas! **O necessário é ligar e encadear essas revoltas negras no tempo e no espaço e relacioná-la com os acontecimentos gerais da Bahia**” (Carneiro, 1951 *apud* Oliveira, 2007, p. 54-55).

Desgastando as forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho. Sua organização interna tinha como elemento importante as instituições tribais que os negros traziam da África e que aqui deixavam de ser meros elementos supérstites, à medida que o escravo se rebelava, tornando-se elementos de negação do sistema escravista.

Se os quilombos constituíam aquele núcleo de estabilidade e permanência que a sobrevivência de escravizados fugidos exigia para se manter evadida da escravidão, as guerrilhas, por sua vez, seriam o elemento móvel destacado daquele conjunto e que a ele complementava, atacando as estradas, vilas e fazendas na busca de mantimentos, objetos e armamentos que sustentavam o quilombo.

De toda forma, como fica evidente nas passagens incorporadas à 2ª edição, a revolta do escravizado contra o seu *status* não se configura apenas como uma expressão da contradição básica daquela sociedade para Clóvis Moura, a antinomia senhores x escravizados, **mas o próprio motor de sua dinâmica social, do ângulo do *devoir* do trabalho livre**, visto que aquelas lutas, segundo o autor, “contribuíram para solapar as bases econômicas desse tipo de sociedade (...) serviram para impulsionar a sociedade brasileira em direção a um estágio superior de organização do trabalho” (Moura, 1972, p. 233), por mais que o escravizado fugido ou ativamente rebelde não tivesse consciência do papel dinamizador que desempenhava na transformação daquela sociedade. De forma simples, o que Clóvis Moura defendia era que o comportamento rebelde do escravizado, fato normal no Brasil escravista, onerava economicamente o conjunto do trabalho escravo naquela sociedade e mostrava aos demais escravizados, especificamente através dos quilombos e insurreições, a possibilidade concreta de uma outra forma de sociedade, não-escravista. Um trecho na conclusão da 2ª edição de *Rebeliões da Senzala*, embora longo, talvez seja o mais esclarecedor dessa que é a perspectiva a partir da qual Clóvis Moura mira o problema:

Nestes termos, poderemos compreender com mais clareza **o papel que os escravos rebeldes desempenharam**. Não se trata de uma glorificação romântica. **Trata-se de captar**, dentro de um método sociológico dinâmico e não acadêmico, **o sentido global de um processo: a passagem da escravidão para o trabalho livre**. Nesse processo é que **afirmamos ter o quilombola desempenhado papel importante, não tanto pelas suas intenções ou atitudes ideológicas, mas pelo desgaste econômico e assimetria social que produzia**. Esses desajustes produziram-se em cadeia e refletiram-se, **quer do ponto de vista de criar necessidade de serem os escravos considerados indesejáveis como máquinas de trabalho, quer pelo próprio ônus que tal procedimento acarretava**, abrindo bolsões negativos na economia escravista e onerando conseqüentemente o conjunto do trabalho escravo. **O sistema de controle social que, por causa disto, foram obrigados a montar os**

senhores de escravos, isto é, os elementos repressores, as instituições de combate ao quilombola, a mobilização de recursos econômicos para combater o escravo fugido, o pagamento aos capitães do mato e, **além de outras despesas, a perda do próprio escravo que se rebelava, durante todo o tempo da escravidão, pesava como fator negativo**. Além disso, tal fato, à medida que se agrava o problema com a maior participação dos escravos nesse processo de reação, **influía na produção total e na margem de lucros individuais da classe senhorial** (Moura, 1972, p. 234-235, grifos nossos).

Elaborada de forma mais clara 16 anos depois, em *Sociologia do Negro Brasileiro*, assim o autor apresenta a noção de *desgaste do regime servil*:

As lutas dos escravos foram um elemento de desgaste permanente. Como podemos ver, se as constantes lutas não chegaram ao nível modificador da estrutura, criando um novo modelo de ordenação social, foram, no entanto, um motivo de permanente desgaste do sistema (Moura, [1988] 2019, p. 271).

É preciso pontuar, apesar disso, que em *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*, de 1977, e *Os quilombos e a rebelião negra*, de 1981, Moura faz ressalvas importantes, as quais afirmam a impossibilidade, ao nível dos estudos da época, de se aferir o peso que esse *desgaste* teve na transição ao trabalho livre. Em *O negro...*, o intelectual piauiense faz questão de afirmar que, devido ao fato de os sociólogos brasileiros ignorarem a luta dos próprios escravizados como parte que influenciou nesse processo de transição, “ainda não se pode aquilatar, em termos aproximativos sequer, o nível de importância e o grau de profundidade das lutas do escravo rebelde, do quilombola das matas ou insurreto das cidades, no processo social que desembocou na abolição” (Moura, [1977] 2021, p. 30-31). De forma mais elaborada, em *Os quilombos e a rebelião negra*, o autor proclama a mesma ressalva.²² De qualquer maneira, mesmo com tais observações, podemos afirmar seguramente que o autor nunca renegou a ideia de “é justamente no abandono do trabalho que o escravo dinamiza (por negação) o sistema e se afirma como sujeito histórico coletivo” (Moura, 1981, p. 9).

Em *Sociologia do Negro Brasileiro* (Moura, [1988] 2019, p. 264-282) e em *História do Negro Brasileiro* (Moura, [1989] 1992, p. 22-32) desenvolverá essa noção de desgaste. No primeiro, subdivide esse desgaste em três níveis principais: 1) desgaste Econômico; 2) desgaste Político; 3) desgaste ideológico.

²² “Ver até que ponto essas lutas se estruturaram como força de transformação (direta ou indireta), até onde puderam chegar a influir social, cultural e militarmente e como essa influência se fez sentir na mudança do sistema é estudo que deve ser aprofundado através de vários trabalhos que não desejem ver a escravidão, no caso do Brasil a escravidão negra, como simples fenômeno episódico e que, pelos próprios mecanismos reguladores do sistema colonial, foi substituído pelo trabalho livre” (Moura, 1981b, p. 8-9, grifos nossos).

O desgaste econômico provocado pelo escravizado rebelde se expressou de distintas maneiras. Por exemplo, o escravizado, por ser um ativo, representava, quando fugido, uma subtração do patrimônio do senhor. Além disso, por ser mercadoria que produzia mercadoria, onerava também o senhor pela perda de valor que deveria ter produzido no tempo em que se evadira do domínio senhorial. Aliás, mesmo quando recapturado, o escravizado tendia a valer menos enquanto ativo, dado que o fato de ser considerado um escravo “fujão” tendia a desvalorizá-lo no mercado. Somam-se a essas onerações da atitude quilombola, os próprios custos para recapturá-lo, com a contratação de capitães do mato, despesas com o tempo em que o escravo esteve em prisões do Estado etc. Aliás, por vezes, essa oneração não recaía apenas sobre cada proprietário particular, mas sobre o próprio Estado. São vários os exemplos que Moura nos fornece em *Rebeliões* de câmaras municipais reclamando da falta de verbas para expedições de destruição de quilombos. Por último, mas não menos significativo, pela importância que tiveram durante a ocupação holandesa e nos últimos anos da escravidão no Brasil as destruições das propriedades e lavouras dos senhores, que tanto prejuízo causaram. Por fim, sobre a exata implicação desse desgaste no *processus* de devir do trabalho livre, o autor reafirma a ressalva já pontuada anteriormente: “esse desgaste econômico, que não podemos quantificar, mas foi significativo, onerava obviamente o custo de produção” (Moura [1988] 2019, p. 271).

Os desgastes políticos e psicológicos, por sua vez, ligam-se ao receio permanente que a propagação do comportamento rebelde e violento dos quilombolas e insurretos tiveram concretamente ou poderiam ter.²³ Aliás, não se pode esquecer que, especialmente até a primeira metade do século XIX, a proporção entre negros e brancos era muitíssimo mais favorável aos primeiros, no mínimo em algumas províncias, fossem eles nascidos no Brasil ou em África.

Por último, dentre os conceitos elaborados por Clóvis Moura na década de 1980 que desenvolvem essa noção de “desgaste” está o de *quilombagem*. O intelectual piauiense abre o capítulo “A quilombagem como agente de mudança social” afirmando como compreendia o seu conceito:

Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (Moura, [1989] 1992, p. 22).

²³ Especialmente em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, tal receio era traduzido como medo do “perigo de São Domingos”, isto é, que tal como na revolução ocorrida na colônia francesa de São Domingos entre 1791-1804, hoje Haiti, os escravizados se rebelassem, massacrando a população branca e instaurando uma nova ordem social.

Como Moura faz notar, a “quilombagem” não se restringiria apenas à ação rebelde através da formação de quilombos – embora esse fosse o “módulo de resistência mais representativo (quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu” (Moura, [1989] 1992, p. 23), dado que demarcava uma fronteira social, cultural e militar contra o sistema escravista e constituía uma unidade mais ou menos estável. Esse “movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos”, na verdade, compreendia uma miríade de formas de protesto escravo, incluindo as insurreições. Por sua vez, o quilombo ganha destaque no nome desta categoria em razão de que teria sido, via de regra, o centro organizacional das distintas formas de rebeldia, o vetor de convergência.²⁴

Conforme afirma Clóvis Moura, a quilombagem seria um “movimento abrangente e radical”, não exclusivamente de negros fugitivos como também de indígenas perseguidos, brancos pobres, devedores do fisco, bandoleiros. Em suma, dos grupos sociais perseguidos ou marginalizados pelo sistema colonial e/ou pelo Império. Dada a normalidade dos quilombos e de formas de rebeldia contestatórias da escravidão, a quilombagem teria tido caráter nacional e articulado.²⁵ Seria nesse sentido a manifestação mais importante da contradição fundamental da ordem escravista, segundo Moura ([1989] 1992, p. 23-24).

Posto o conceito, duas observações. Em primeiro lugar, embora não exista novidade de conteúdo nele em relação à produção anterior do autor, é a primeira vez que Moura consolida um conceito abrangente para a rebeldia do escravizado, muitas vezes catalisadora também dos outros segmentos sociais marginais daquela ordem social. Inclusive, é muito provável que o tenha feito nesses termos para, conscientemente, contrapor-se ao conceito de *quilombismo*, proposto por Abdias do Nascimento (1914-2011), outro intelectual negro muito influente no pensamento sobre relações raciais no Brasil e com quem Clóvis Moura manteve algumas divergências importantes.²⁶

²⁴ Não se trata de mero capricho linguístico: em diversos episódios de tentativas de rebeliões ou mesmo de atos individuais de rebeldia, conforme descritos em *Rebeliões*, o quilombo era de fato uma unidade potencialmente aglutinadora. Por exemplo, para onde escravizados poderiam fugir após assassinar feitores ou o contingente com o qual insurreições urbanas contavam para o momento decisivo.

²⁵ “Articula-se nacionalmente, desde os primórdios da escravidão, atravessa todo o sistema escravista, desarticulando-o constantemente, e assume, muitas vezes, aspecto ameaçador para a classe senhorial, como no caso da República de Palmares” (Moura, [1989] 1992, p. 25). Em *Rebeliões*, Moura dá distintos exemplos de como, de fato, em vários momentos, insurreições ou formações de quilombos em algumas províncias, impactavam a insurgência negra em outros. Assim, acreditamos que quando o autor afirma o caráter nacionalmente articulado da quilombagem – conceito do qual se exclui o movimento abolicionista do final do século XIX, por já não representar mais, em grande medida, um movimento auto-organizado pelos próprios escravizados – não se refira a uma espécie de organização nacional estável e permanente, mas ao caráter espalhado dos quilombos e de que o conhecimento de tais processos de resistência influenciavam os escravizados de diferentes regiões do país.

²⁶ Abdias do Nascimento (1914-2011) foi um dos mais importantes intelectuais negros do século XX no Brasil. Foi, entre outros feitos, professor universitário, artista visual, senador da república, criador do Teatro Experimental do Negro (TEN) e um dos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Sobre a relação entre os conceitos de quilombismo e quilombagem, ver Oliveira (2021, p. 145-170). Sobre a relação entre Abdias do Nascimento e Clóvis Moura, ver Malatian (2022, p. 163-164). Sobre a avaliação de Clóvis Moura em relação ao TEN ver Moura (1983, p. 103-105).

Conclusão

Neste trabalho, tentamos demonstrar, em linhas gerais, como a construção da interpretação histórica de Clóvis Moura acerca da escravidão brasileira se processou entre 1959 e 1989. Mais especificamente, 1) que o entendimento sobre a gênese da escravidão brasileira, na obra moureana, passou por mudanças e refinamentos; 2) a maneira como Clóvis Moura se apropriou do trabalho de Williams ([1944] 2012); 2) demonstramos como entre a 1ª edição de rebeliões, muito mais descritiva, e a 2ª edição, o autor buscou integrar as lutas dos escravizados numa inteligibilidade própria sobre a escravidão brasileira e a formação nacional, qual seja, a da luta de classes e a do dever do trabalho livre²⁷; 3) entre esses desenvolvimentos categoriais que substanciaram a interpretação do autor, destacamos a construção da noção de “desgaste permanente” e a de “quilombagem”; 4) rebatemos a crítica feita por Antonio Barros de Castro de que a obra de Moura (1959) teria fortalecido interpretações que davam por nulo o peso histórico do escravizado na dinâmica social e política do Brasil colonial e imperial; 5) ao mesmo tempo, demonstramos que Moura dialogou com o texto de Castro (1980), buscando incorporar positivamente algumas das teses daquele autor para dentro de sua obra.

Esperamos que com essa pequena contribuição, no ano do centenário de nascimento de Clóvis Moura, possamos ter nos somado positivamente à recuperação deste autor essencial para a compreensão da nossa formação histórica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Tancredo. Sobre escravos, índios e negros no Brasil. In: **Para todos**. Rio de Janeiro, 1952
- CALDERANO, Maria Leticia Cotta. **Concepções e práticas do exercício do poder: a experiência vivida pela UNEGRO**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UNICAMP, 2002
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Antônio Barros de. A Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.
- CLÓVIS MOURA E A HISTORIOGRAFIA - MESA 4 DO SEMINÁRIO 20 ANOS SEM CLÓVIS MOURA**. Teresa Malatian, Mario Augusto Medeiros da Silva, Matheus Gato de Jesus, Petrônio José Domingues. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. 1 vídeo (175min.). Publicado pelo canal IFCH – UNICAMP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gv7Z8mK-O6U>. Acesso em: 16/01/2025.
- CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: Movimento Negro Unificado (MNU) – 1978 – 1990**. Dissertação de mestrado em Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. EACH-USP, 2017.

²⁷ É preciso apontar também que, se é o dever da passagem ao trabalho livre (assalariado) que Moura aponta nestes textos, com o avanço de seus estudos e envolvimento político com a questão racial no Brasil pós-abolição, os quais se aceleraram a partir dos anos 1970, o sentido do dever da rebeldia negra crescentemente assume contornos para além do dever do trabalho assalariado: assume-se como um dever de emancipação do negro e de formação da nação. No próprio título de sua principal obra de interpretação do país, *Dialética Radical do Brasil Negro* ([1994]2020b), essa noção é evidente.

- FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2024
- IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difel, 1962.
- MALATIAN, Teresa Maria. **Clóvis Moura: uma biografia**. Teresina: EdUESPI, 2022.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, ([1979]1981).
- Max, Weber. **História Econômica Geral**. Ed. FCE, México, 1961.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3ed. São Paulo: Anita Garibaldi, [1994] 2020b.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MOURA, Clóvis. **Brasil - Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Global. 1983
- MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, ([1989] 1992)
- MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2ed. São Paulo: Dandara Editora ([1977] 2021).
- MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 1ed. São Paulo: Zumbi, 1959.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6ed. São Paulo: Anita Garibaldi/ Fundação Maurício Grabois, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ed. São Paulo: Perspectiva, ([1988] 2019).
- MOURA, Soraya. Um olhar sobre Clóvis Moura: história familiar, militância comunista e a escrita da história do Brasil negro. Entrevista concedida à Henrique Roberto Figueiredo. *In: Lutas Sociais*, São Paulo, vol.27n.50, p.74-83,jan./jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/3052>. Acesso em: 12/01/2025.
- nº 17, julho, 1952
- NOVAIS, Fernando. **Aproximações**. Estudos de história e historiografia. Apres. Pedro Puntoni. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Dennis de. Apresentação: Reposicionando Conceitualmente o Negro Brasileiro no Olhar de um Intelectual Negro. *In: Moura, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro*. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1971.
- ROCHA, Gabriel dos Santos. **Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura: uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil**. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP (História, desigualdades e direitos)**, 2020.
- SCHWARTZ, Stuart B. Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves'
- SILVA, Ana Paula Procópio da. **O contrário da Casa Grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017
- VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. *In: Revista da ABPN*. v. 9, n. 22. mar – jun. de 2017, p. 349-368.
- VIEIRA, Cleber Santos. Prefácio - Um Rosário de Lutas: Clóvis Moura e o Centenário da Abolição. *In: Moura, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro*. 2ed. São Paulo: Perspectiva, [1988] 2019.
- view of slavery. **The Hispanic American Historical Review**: Duke University Press, 57 (1), 1977.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Cia. das Letras, ([1944] 2012).